

SETE TECNOLOGIA EM TRATAMENTO DE RESÍDUOS S/A

CNPJ 33.809.263/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

Balanço Patrimonial		Passivo Circulante		Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa					
Ativo	Dez 2022	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2021			
Circulante					Receita faturada	29.392	21.652	Resultado na venda de ativos permanentes			
Caixa e equivalentes de caixa	4.697	2.749	Obrigações de curto prazo	543	330	Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(2.160)	(1.555)	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	3.236	1.940	Empréstimos e financiamentos	-	-	Receita operacional líquida	27.232	20.097	Resultado do Exercício		
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	Adiantamentos de clientes	6	4	Custos com pessoal operacional	(2.876)	(1.472)	Ajustes para:		
Estoques	196	(89)	Ordernados e obrigações trabalhistas	241	203	Custos com frota de veículos, máquinas e equipamentos	(8.462)	(1.336)	Depreciações e amortizações		
Adiantamentos	95	71	Obrigações tributárias	478	921	Custos incorridos na prestação de serviços	(3.015)	(785)	Resultado na venda de ativos permanentes		
Outros Contas a Receber	-	-	Outras contas a pagar	-	200	Custos judiciais	(1)	-	Resultado de Participações Societárias - Juros sobre os ativos e passivos financeiros		
Despesas Antecipadas	-	-	Provisões de natureza fiscal	270	224	Custos s/ serviços prestados	(14.354)	(8.320)	Aumento (redução) do Contas a receber		
Total do ativo circulante	8.224	4.671	Total do passivo circulante	1.537	1.882	Lucro bruto	12.879	11.777	Aumento (redução) dos Estoques		
Não circulante			Capital social	7.028	7.028	Receitas (despesas) operacionais:			Aumento (redução) de Tributos a recuperar		
Tributos a recuperar	-	-	Parcelamento de Tributos	-	-	Administrativas,			Aumento (redução) de Tributos a recuperar		
Créditos diversos	-	-	Total do passivo não circulante	-	-	comerciais e tributárias	(1.349)	(1.221)	Aumento (redução) de Outros Contas a Receber		
Realizável a Longo Prazo	-	-	Patrimônio líquido			Outras receitas (despesas) operacionais	(104)	(60)	Aumento (redução) de Obrigações de Curto Prazo		
Investimentos	-	-	Capital social	7.028	7.028	Receitas (despesas) financeiras líquidas	255	39	Aumento (redução) de Obrigações trabalhistas e tributárias		
Imobilizado líquido	8.932	7.757	Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	IR e CS - corrente	(1.198)	(1.242)	Aumento (redução) de Juros pagos		
Intangível	-	-	Prejuízos acumulados	-	-	IR e CS - diferido	-	-	IR e contribuição social		
Total do ativo não circulante	8.933	7.757	Reserva de Lucros	8.591	3.518	Lucro (prejuízo) operacional	11.681	10.536	Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
Total do ativo	17.157	12.428	Total do patrimônio líquido	15.620	10.546	Outras receitas (despesas) Resultado de			6.746	8.626	
			Total do Passivo + Patrimônio Líquido	17.157	12.428	Equivalência Patrimonial	-	-	Aquisição de ativo imobilizado	(1.448)	(1.271)
						Resultado de Participação Societária	-	-	Investimentos	-	-
						Resultado Não Operacional	-	-	Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.448)	(1.271)
						Lucro (prejuízo) antes da provisão para o IR e CS	11.681	10.536	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						IR e CS - corrente	(3.257)	(2.356)	Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
						Lucro/prejuízo líquido do exercício	8.424	8.179	Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
									Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
									Juros s/ Capital Próprio	-	-
									Aumento de Capital	-	-
									Distribuição de lucros/dividendos	(3.350)	(5.364)
									Ajustes no Patrimônio Líquido	-	-
									Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(3.350)	(5.364)
									Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.948	1.990
									Caixa e equivalentes de caixa	2.749	759
									No início do exercício	4.697	2.749
									Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.948	1.990
									líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. g. Provisões As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Arrendamentos (i) Ativos arrendados Ativos mantidos pela Empresa sob arrendamentos que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Não existem arrendamentos mercantis classificados como arrendamentos operacionais.		
									7. Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
									Bancos conta movimento	2.454	1.905
									Bancos conta aplicação	2.243	844
										4.697	2.749
									8. Contas a receber	2022	2021
									Contas a receber de clientes privados do mercado interno	2.980	469
									Contas a receber de órgãos públicos mercado interno	256	1.471
										3.236	1.940
									9. Obrigações curto/longo prazo	2022	2021
									Fornecedores Mercado Interno	543	338
									Circulante	543	338
									Não Circulante	543	338
										543	338
									Representado por contas a pagar referente compra de combustíveis, pneus, peças para manutenção, matéria prima e outros, líquido de eventuais eventos. 10. Patrimônio líquido Em 31/12/2022 o capital social totalmente integralizado é de R\$ 7.028.263,41, dividido em 7.028.263,41 quotas, sendo R\$ 7.028.263,41 integralizados pela sócia pessoa jurídica Esse Participações Empresariais EIRELI.		
									Diretoria		
									Jorge Saquy Neto - Diretor		
									Fernando Gonçalves de Oliveira - Diretor		
									Contador		
									Roberto Hideki Hirosi - CRC: 1SP183.519/0-9		

1. Contexto Operacional A Sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de atividades de coleta e destinação final de resíduos não perigosos, paisagísticas, transportes rodoviários de carga, engenharia civil dentre outros. **2. Base de preparação a. Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo/presente. **6. Principais políticas contábeis** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras: **a. Benefícios a empregados (i) Benefícios de curto prazo a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **b. Imposto de renda e contribuição social** O imposto com base no lucro presumido será determinado por períodos de apurações trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 31 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário (Lei 9.430/1996, artigos 1º e 25) Para fins de determinação do IRPJ/CSLL os percentuais de presunção do lucro são: 32% para prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e transporte; No lucro presumido, estes são os principais impostos recolhidos e as respectivas alíquotas; IRPJ: 15% sobre a parcela de presunção do lucro, mais 10% do que superar R\$ 60.000,00 de presunção no Trimestre; CSLL: 9% sobre a parcela de presunção do lucro. **c. Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição. **d. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm di-

ferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) **Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. (iii) **Depreciação** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas anuais médias de depreciação são as seguintes:

Descrição	Taxas
Veículos adquiridos novos e Implementos	28,0%
Máquinas e equipamentos	10,0%
Edificações	4,0%
Móveis/Informática/Outros	9,0%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Instrumentos financeiros** A Empresa classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. (i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento** A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Detalhar o capital social integralizado nas cooperativas Sicoob Credimogiana e Sicoob Cocred, lançado na **rúbrica Investimentos**. (ii) **Ativos financeiros não derivativos - mensuração Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por

meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas (estas são reconhecidas no passivo) que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa. (iii) **Passivos financeiros não derivativos - mensuração** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. (iv) **Capital social** As quotas emitidas são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **f. Redução ao valor recuperável - Impairment (i) Ativos financeiros não-derivativos** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Empresa em condições não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) **Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado,

